



poder

PAINEL

VERA MAGALHÃES

painel@uol.com.br

Ontem, hoje e amanhã

O programa de TV do PT que vai ao ar hoje encerra a era da comparação com a herança do PSDB e apresenta os governos de Lula e Dilma Rousseff como um projeto “vitorioso” e que ainda tem “mais” a oferecer ao país. Numa edição dinâmica, serão mostradas realizações dos últimos dez anos para passar a mensagem de continuidade das gestões petistas. Para lançar a ideia de mais quatro anos para Dilma, serão martelados os desafios para o “futuro”, palavra-chave na propaganda.

Coffee break Após a posse de Guilherme Afif no Planalto, hoje, Dilma Rousseff receberá Rui Falcão no Alvorada, com o ex-presidente Lula. Também participa da conversa o onipresente Aloizio Mercadante (Educação).

Ansiosolítico Em conversa com Dilma ontem após a divulgação de que a inflação de abril fechou em 0,55%, Guido Mantega (Fazenda) disse que o resultado ainda estava contaminado pela alta de preços dos alimentos e que os números de maio serão melhores.

Conta-gotas 1 A Procuradoria-Geral da República só havia recebido até ontem 3 dos 26 embargos de declaração do mensalão enviados por Joaquim Barbosa a Roberto Gurgel para análise.

Conta-gotas 2 Assesores do STF informam que os recursos foram enviados, mas houve uma demora na saída devido à burocracia na corte. Gurgel quer esperar para fazer uma manifestação única sobre os recursos.

Tudo igual Interlocutores acreditam que o procurador-geral seguirá a linha de suas recentes declarações e dará parecer contra os embargos e qualquer alteração no acórdão do julgamento.

Páreo A Procuradoria-geral de Justiça do Distrito Federal, Eunice Carvalho, entrou no páreo para a cadeira do ministro Carlos Ayres Brito no Supremo, vaga há seis meses. Ela conta com a simpatia do vice-presidente da corte, Ricardo Lewandowski.

Plano B Diante do risco de derrota na votação da medida provisória dos portos, o governo estudava alternativas. Além de licitar todas as áreas portuárias com contratos anteriores a 1993 e já vencidos, outra ideia é fatiar a reforma do setor por tópicos.

» com ANDRÉIA SADI e PAULO GAMA

tiroteio

Depois da rodada de boxe entre os Estados na questão dos royalties, o governo federal patrocina agora o sangrento UFC do ICMS.

DO DEPUTADO CARLOS SAMPAIO, líder do PSDB na Câmara, sobre a atuação de Dilma Rousseff na negociação da discussão da reforma do tributo.

contraponto

Deixa a vida me levar

Em sessão na Câmara paulistana, Laércio Benko (PHS) pediu a palavra e disse que adotaria “linha filosófica”.

— Só se for de alto nível. Bertrand Russell para cima — advertiu o presidente José Américo (PT).

Benko começou citando Nietzsche, mas se convenceu de que a sabedoria popular era mais adequada para cobrar celeridade do prefeito Fernando Haddad na regulamentação de atendimentos a pessoas com autismo.

—Faço então uma citação filosófica muito útil para vereadores novatos como eu, do grande filósofo Zeca Pagodinho: “Camarão que dorme a onda leva”.

Índios observam os ministros Luís Inácio Adams e Gleisi Hoffmann durante a sessão da comissão de Agricultura da Câmara



Pedro Ladeira/Folhapress

Governo vai alterar regra de demarcação de área indígena

Anúncio foi feito pela ministra da Casa Civil, que criticou atuação da Funai

Mudança, que esvazia papel da fundação e agrada ruralistas, prevê participação de outros órgãos no processo

DE BRASÍLIA

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, criticou ontem a Funai por falhas no processo de demarcação de terras indígenas e afirmou que o governo prepara um novo modelo de delimitação das áreas, em que outros órgãos do governo serão ouvidos.

A ministra compareceu a uma sessão tensa da Comissão de Agricultura da Câmara, convocada pela bancada ruralista, que acusa a Funai (Fundação Nacional do Índio) de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores. Já os indígenas reclamam da demora na demarcação. A reformulação do sistema, que na prática esvazia os poderes da Funai, foi um compromisso da ministra com a bancada ruralista.

“A Funai não está preparada, não tem critérios claros para fazer gestão de conflito, não tem capacidade para mediação”, disse Gleisi que, porém, ressaltou ser “errado dizer que a Funai é criminoso”. Atualmente, o processo de demarcação é realizado pela fundação, antes da palavra final do Planalto.

A ideia é que sejam consultados órgãos como os ministérios da Agricultura (e a Embrapa, órgão vinculado), Cidades e Desenvolvimento Agrário. “Delegamos única e exclusivamente à Funai a responsabilidade por estudos e demarcação de terras. Nem sempre estabelecemos procedimentos claros e objetivos.”

Anteontem, a própria Casa Civil pediu ao Ministério da Justiça para suspender os

TERRAS INDÍGENAS

As reservas do país, separadas por tipo

FASES DE REGULARIZAÇÃO PARA UMA ZONA INDÍGENA

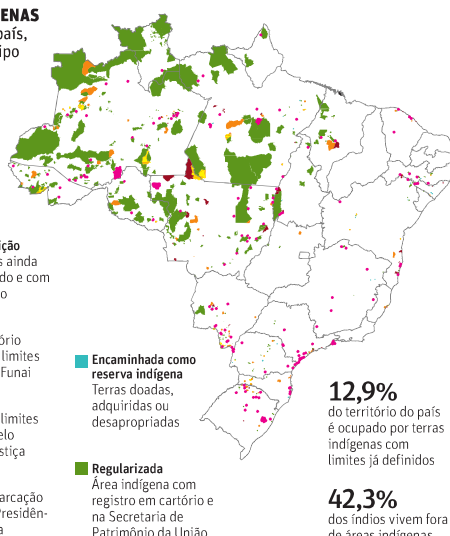
■ **Em estudo/restrito**
Terras indígenas ainda em fase de estudo e com restrições de uso

■ **Delimitada**
Áreas com relatório antropológico e limites aprovados pela Funai

■ **Declarada**
Com relatório e limites reconhecidos pelo Ministério da Justiça

■ **Homologada**
Zonas com demarcação aprovada pela Presidência da República

Fonte: Funai e IBGE



12,9%
do território do país
é ocupado por terras
indígenas com
limites já definidos

42,3%
dos índios vivem fora
de áreas indígenas

processos de demarcação no Paraná, reduzido político da ministra. Pré-candidata do PT ao governo paranaense, Gleisi negou ontem que a decisão tenha motivação eleitoral.

Ela disse que o governo espera estudos sobre a situação em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Em mais de seis horas de debates, a ministra foi pressionada por ruralistas, que querem a suspensão de todos os processos de demarcação.

A ministra afirmou haver 90 áreas em estudos pela Funai. Segundo a fundação, terras indígenas com limites já definidos representam 12,9% do território nacional.

Na sessão, a ministra se irritou com o deputado Luís Carlos Heize (PP-RS), que perguntou qual é a importância da agricultura para o governo Dilma Rousseff. “Não admito que o senhor questione a seriedade do governo”, disse, sendo vaiada por produtores rurais.

Apesar das críticas da ministra, seu colega Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) negou que a presidente Dilma pense em demitir a presidente Funai, Marta Maria Azevedo. Interlocutores do Planalto, porém, reconhecem que existe um desgaste da cúpula da Funai, especialmente depois que Dilma enfrentou protestos de ru-

ralistas em sua viagem a Mato Grosso do Sul. A Funai não comentou o assunto ontem.

Gleisi cobrou também celeridade do Supremo Tribunal Federal na análise de recursos que questionam a demarcação da Raposa Serra do Sol (RR). Para que o caso avance no STF, porém, Dilma tem que indicar um novo integrante ao tribunal, que vai herdar a relatoria do caso.

Gleisi ainda atacou os críticos à construção da usina de Belo Monte. “Há grupos que usam os nomes dos índios (...) [para] impedir obras essenciais ao desenvolvimento.” (MÁRCIO FALCÃO, VALDO CRUZ E GABRIELA GUERREIRO)

ANÁLISE

Legislação indigenista é citada como exemplo, mas falta respaldo político

PAULO SANTILLI
ESPECIAL PARA A FOLHA

A legislação indigenista brasileira é reconhecida internacionalmente como das mais avançadas. Os direitos indígenas inscritos na Constituição tornaram-se modelo para diversos países.

Em 1996, o então ministro da Justiça, Nelson Jobim, formulou e instituiu o decreto 1775 normatizando os procedimentos administrativos para o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas.

Esse decreto dispõe, entre outras normas, sobre o princípio do contraditório, abrindo espaço no rito administra-

tivo para identificação, delimitação e demarcação das terras indígenas à manifestação de todos os interessados e eventualmente afetados.

Complementando este decreto, o mesmo ministro instituiu a portaria 14, que define e detalha os critérios a serem observados pelo órgão indigenista oficial na elaboração dos relatórios circunstanciados de identificação e delimitação de terras indígenas.

Cabe também notar ainda que estes dispositivos mantiveram a participação de Estados e municípios em todos os procedimentos.

Ademais, os processos de regularização das terras indi-

genas, assim como de quilombos, já supõem a articulação dos órgãos fundiários, lotados nos diferentes ministérios, para a condução e conclusão de cada caso específico.

O quadro geral das terras indígenas oficialmente reconhecidas demonstra que nas regiões onde houve apoio institucional e financeiro — como a Amazônia, onde se concentra mais de 98% em extensão das áreas demarcadas e homologadas — alcançou-se resultados bem significativos.

Temos hoje um imenso atraso no reconhecimento dos direitos territoriais indígenas em outras regiões, notadamente de maior concentração

demográfica e exploração econômica. São os locais onde os procedimentos de regularização são mais custosos, tanto financeira quanto politicamente.

Já foi possível avançar e fazer o reconhecimento de direitos territoriais indígenas onde a estrutura fundiária esteve menos consolidada.

Com ampliação dos quadros da Funai, maior dotação orçamentária, respaldo político e instrumentos para a indenização de títulos de propriedade expedidos indevidamente sobre terras indígenas, muitos dos problemas sobejamente conhecidos nos mecanismos demarcatórios seriam superados. E daria ainda para avançar nas regiões onde o cumprimento dos direitos indígenas mais tarda.

PAULO SANTILLI é antropólogo